



Expresso

29-09-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 1035 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 7



Paulo Gonçalves, até há poucas semanas o assessor jurídico do Benfica

FOTO MANUEL FERNANDES/ARAÚJO/LUSA

Três horas depois de a PJ entregar um ofício dirigido a Luís Filipe Vieira, o funcionário judicial entrou no Citius à procura de informações sobre este processo de corrupção de funcionários da Segurança Social

# Toupeira espiou caso de imigrantes ilegais

HUGO FRANCO, PEDRO CANDEIAS e RUI GUSTAVO

Uma investigação sobre uma rede de funcionários da Segurança Social que ganhava dinheiro em troca da legalização de imigrantes da Índia, do Nepal e do Bangladesh, à partida, nada teria a ver com os negócios entre um elemento da claude do Benfica e o clube da Luz. Mas os dois casos acabaram por cruzar e, aparentemente, despertaram a atenção de Paulo Gonçalves, até há poucas semanas o assessor jurídico do clube encarnado e o mais mediático arguido do processo 'E-Toupeira'.

Às 14h30 de 19 de abril do ano passado, João Gonçalves encontrou-se com um inspetor da Polícia Judiciária, e este entregou-lhe em mãos um ofício daquela polícia dirigido a Luís Filipe Vieira. Nesse documento, a que o Expresso teve acesso, João Amado Gomes, inspetor-chefe da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ, pede "informação financeira" ao presidente do Benfica sobre os "justificativos contabilísticos dos movimentos a crédito" de uma conta titularizada pela SAD encarnada, no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro do ano seguinte. O dinheiro era proveniente de uma conta do Novo Banco que pertencia a João Costa, um motorista que fazia parte dos Diabos Vermelhos. A carta não refere, no entanto, quais os montantes envolvidos nessas transações.

Nessa altura, João Costa estava a ser investigado pela 9ª Seção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa por suspeitas de receber transferências monetárias do irmão, um funcionário da Segurança Social do Areiro. Dinheiro

proveniente dos negócios de atribuição de números falsos da Segurança Social e que era depositado em várias contas bancárias que João Costa tinha em diferentes bancos.

Pormenor: no ofício da PJ dirigido a Luís Filipe Vieira constava o número daquele inquérito do DIAP de Lisboa.

O Ministério Público (MP) tem fortes suspeitas de que, após o encontro secreto com o inspetor da PJ, Paulo Gonçalves transmitiu o número daquele processo a José Augusto Silva, o funcionário judicial acusado há quase um mês no caso 'E-Toupeira' por passar informações ao Benfica sobre casos em segredo de justiça, recebendo em troca *gadgets* e bilhetes para jogos de futebol dos encarnados. De acordo com o MP, esta não seria a primeira nem a última vez que o então assessor jurídico do clube recorria aos serviços de José Augusto Silva, adepto ferrenho dos encarnados.

"Às 17h30 do mesmo dia, utilizando as credenciais de acesso da procuradora Ana Paula Vitorino, [o funcionário judicial] acedeu ao sistema Citius e obteve informação da tramitação deste inquérito", pode ler-se num documento do MP. Ou seja, José Augusto Silva entrou de forma ilegal no sistema interno do Ministério da Justiça para espiar o caso dos imigrantes ilegais precisamente três horas depois de Paulo Gonçalves ter recebido em mãos o documento da

PJ. E fê-lo por mais 12 vezes durante os meses seguintes.

Fonte próxima de Paulo Gonçalves garante que o ex-assessor jurídico do Benfica "nunca pediu nada" a José Augusto Silva. Quanto ao advogado deste funcionário judicial do IGFEJ — que chegou a estar em prisão preventiva e agora se encontra em prisão domiciliária — não faz comentários.

## Negócios de camisolas

O Expresso perguntou ao Benfica que tipo de negócios teve o clube com João Costa — acusado em fevereiro de um crime de branqueamento de capitais em coautoria e outro de posse de arma proibida no âmbito deste processo de corrupção entre funcionários da Segurança Social —, mas os encarnados não esclareceram as dúvidas. "O SLB não tem qualquer declaração adicional a fazer sobre as perguntas que lhe são colocadas", respondeu o Departamento de Comunicação.

Já de acordo com o advogado Bruno Branco, que defende João Costa no processo de atribuição de números de identificação falsos da Segurança Social a imigrantes, a relação do arguido com o Benfica deve-se ao facto de o motorista de Odivelas pertencer à claude dos Diabos Vermelhos "e à compra de camisolas, cachecóis" e outros produtos do clube. No meio das claudes é mais conhecido por "Janita". O advogado adianta ainda que João Costa, que se encontra em liberdade com a medida de coação mais leveira — termo de identidade e residência —, "não foi" interrogado pela Polícia Judiciária a propósito do caso 'E-Toupeira'.

Este processo de corrupção dos funcionários da Segurança Social foi apenas um dos 26 a que, segundo o MP, José Augusto Silva acedeu ilegalmente, usando *passwords* de duas funcionárias do tribunal de Fafe e da procuradora Ana Paula Vitorino.

hfranco@expresso.imprensa.pt

**PJ QUIS SABER QUE NEGÓCIOS TINHA O BENFICA COM UM ELEMENTO DOS DIABOS VERMELHOS**